



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

DISPUTA POR ÁGUA: GESTÃO E ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS NO LESTE
METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Eloisa Helena Barcelos Freire (Universidade Federal Fluminense - UFF) - eloisafreire.uff@gmail.com
Doutora em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF)

eloisafreire.uff@gmail.com (eloisafreire.uff@gmail.com) - eloisafreire.uff@gmail.com
eloisafreire.uff@gmail.com

eloisafreire.uff@gmail.com (eloisafreire.uff@gmail.com) - eloisafreire.uff@gmail.com
eloisafreire.uff@gmail.com

Disputa por água: gestão e acesso aos recursos hídricos no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que os impactos socioterritoriais gerados pela urbanização contemporânea estão direta e indiretamente influenciados por relações desiguais de poder e de acessibilidade aos diversos serviços urbanos, dentre eles o acesso e uso da água. E que o discurso da escassez mundial da água iniciado na década de 1970, concomitante ao processo de reestruturação produtiva de corte neoliberal, transformou a água em bem econômico, sujeito às leis de mercado, e, como tal transformação priva homens e mulheres comuns do acesso a ela, já que sem privatização, não há mercantilização no sentido capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2018).

O trabalho reflete sobre os problemas sociais e ambientais gerados a partir das obras de ampliação do Sistema Imunana-Laranjal, macrossistema produtor e distribuidor de água de parte da Região Leste Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, financiadas por dois grandes projetos de desenvolvimento brasileiro (Comperj e PAC/Saneamento, entre 2010-2018), procurando analisar de que forma a distribuição deste recurso foram apropriado entre os municípios atendidos e pelos diferentes segmentos sociais que interagem nestes territórios e que podem caracterizar as relações desiguais de poder e ao acesso à água.

O conceito de problema socioambiental que orienta este trabalho é delimitado pelo sentido conferido na abordagem teórico conceitual da Ecologia Política”

É preciso considerar os processos históricos e sociais que constituem as situações de escassez e conflitos pela água, bem como as circunstâncias desiguais de apropriação desse recurso natural pelos diferentes segmentos sociais e econômicos (COSTA e IORIS,, 2010).

Nesta reflexão, partimos da compreensão que nas cidades capitalistas, ou pelo menos nas cidades onde as relações de mercado são a forma dominante de troca, a circulação de água também faz parte da circulação de dinheiro e capital, e que, tal como ocorre com outros bens e serviços urbanos, a circulação da água está diretamente imbricada com a economia política do poder que dá estrutura e coerência ao tecido urbano. Além disso, tais relações de poder econômico e político, como também as posições de poder social e cultural, podem ser reveladas ao se analisar os mecanismos de acesso e exclusão à água. E que tanto os agentes privados quanto os agentes públicos estão profundamente envolvidos na disputa pelo controle sobre a água e pelo poder (Swyngedouw, 2004).

O Sistema Imunana/Laranjal, até 2010, abastecia os municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói. A situação do abastecimento destes municípios era marcada por forte desigualdades ao acesso a esse serviço, com diferenças acentuadas que se expressam quando comparamos a situação do município de Niterói, com melhor qualidade do serviço, com quase 100% da população atendida, e aqueles com piores indicadores de atendimento como São Gonçalo e Itaboraí. Uma característica marcante destes municípios é a dependência

desse sistema para suprir suas demandas de água, pois não possuem disponibilidade hídrica em seus próprios territórios, em quantidade e qualidade, suficientes para tal fim.

Neste cenário de desigualdade regional, é instalado no município de Itaboraí um grande projeto de desenvolvimento brasileiro, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), o qual gerou expectativas e provocou alterações significativas neste Sistema. A construção deste empreendimento promoveu um acirramento da disputa por água na região, apoiada principalmente no discurso da escassez e nos prognósticos de crescimento populacional. Para minimizar este conflito, obras de abastecimento de água, foram ofertadas e executadas na região. Parte destas obras foram custeadas pela Petrobras como medidas compensatórias ambientais pelos impactos previstos do empreendimento na região, outra parte foi financiada pelo governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/Saneamento).

O Comperj foi apresentado como uma oportunidade única de progresso, modernidade e desenvolvimento “sustentável” para o Leste Metropolitano/RJ, embora a tecnologia do processamento de petróleo ser poluidora e demanda intensa utilização de água. Apesar dessas contradições, o fornecimento de água do Comperj, como todas as outras atividades extramuros do empreendimento tiveram seus processos de licenciamento apresentados em separado, o que são exemplos claros de fragmentação do licenciamento ambiental. O processo de licenciamento do Comperj foi alvo de inúmeras críticas gerando inúmeros conflitos no campo e nas cidades impactadas pelo empreendimento. Estas razões, inclusive, fundamentaram diversas proposições de Ações Cíveis Públicas pelo Ministério Público, julgadas procedentes em 2019.

No setor de água, a medida que gerou a maior disputa por água foi, e ainda é, a proposta de construção de uma grande barragem no Rio Guapiaçu, situado no município de Cachoeira de Macacu. Esta proposta foi inicialmente apontada como alternativa para suprir a demanda de água do complexo, contudo, a partir do discurso construído que o empreendimento traria a solução para abastecimento de água da região, os agentes ligados ao Comperj, conseguiram desassociar a quantidade de água necessária para abastecer o processo industrial do complexo dos impactos negativos.

O conflito tem como epicentro a proposta da grande barragem do Governo do Estado, representando uma coalizão de interesse entre empreiteiras, capital financeiro. Petrobras e Poder Público, e, em reação a ela, dois projetos surgiram e ganharam adesão local: de um lado, a defesa das Pequenas Barragens empreendida pela elite local por Sindicato Rural Patronal, ONGs e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e de outro, a proposta de águas para vida que vem sendo apresentada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem, desde a luta de trabalhadores rurais e assentados da reforma agrária por autonomia e recuperação ambiental.

Os recursos do PAC/Saneamento aplicados nos municípios objeto deste estudo, entre 2010-2018, mantiveram a política centrada na obtenção de lucro implantada pela CEDAE a partir de 2007 pelo governo estadual.

O artigo está estruturado em quatro seções, além da apresentação introdutória. Na primeira, analisa a gestão e o acesso ao serviço de abastecimento de água entre os municípios atendidos pelo sistema Imunanal,

antes das obras financiadas pelos grandes projetos de desenvolvimento, tendo marco temporal 2010. Na segunda, procura evidenciar os impactos do empreendimento Comperj no sistema de abastecimento de água Imunana/Laranjal e apresenta os conflitos regionais por água gerados a partir de sua implantação. Além disso, é apresentado o atual modelo de gestão dos serviços de abastecimento de água, a partir do principal agente do setor, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), examinando o papel dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Saneamento (PAC Saneamento) na gestão desses serviços. Na terceira, verifica-se se as obras de abastecimento de água, com recursos do PAC e da Petrobras executadas na região, minimizam ou aumentam a desigualdade ao acesso a água nos municípios de São Gonçalo, Maricá, Itaboraí e Niterói. E a quarta e última parte conclui-se que a agenda ofensiva neoliberal brasileira avança na lógica da água como mercadoria, sendo o Estado o seu principal agente em defesa dos interesses privados.

ANTECEDENTES SOBRE O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMUNANA

O Sistema produtor e distribuidor de Água Imunana é o segundo em importância no Estado do Rio de Janeiro. Este sistema é alimentado pelas bacias dos rios Macacu e Guapiaçu que pertence a Região Hidrográfica V do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema de abastecimento de água Imunana é operado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE). Em 2010, este sistema era responsável em atender, com água tratada, os municípios de Niterói, São Gonçalo e a Ilha de Paquetá, e com água bruta o município de Itaboraí, totalizando uma população urbana de 1.706.120 habitantes, segundo o Censo IBGE de 2010.

O Sistema Imunana possuía em 2010 outorga de até 7 m³/s para captar água no canal de Imunana. No entanto, por problemas relacionados a capacidade de adução de água bruta e de tratamento, só era aduzido a vazão de aproximadamente 5,8 m³/s.

O sistema é composto por um conjunto de Estações de Tratamento de Água (ETAs)¹. A ETA Laranjal é responsável pelo abastecimento do município de São Gonçalo, Niterói e a ilha de Paquetá – em Niterói, desde 1999, a distribuição de água é administrado pela concessionária privada Águas de Niterói.

O Sistema/Imunana realiza um atendimento precário, principalmente na região de São Gonçalo e Itaboraí, pois não existe separação física entre a adução e a distribuição, ou seja, não possui um volume de reservação suficiente para equilibrar o sistema, o que faz com que o conjunto adutora - rede flutue de acordo com as variações de demanda, dependendo do consumo, provocando

¹ ETAs do Sistema Imunana: ETA Porto das Caixas e ETA Manilha, com capacidade de tratamento de aproximadamente 150 l/s e 100 l/s respectivamente, ambas localizadas no município de Itaboraí e atendidas a partir de duas derivações nas adutoras de água bruta da ETA Laranjal. A ETA Marambaia e a ETA Laranjal, situadas no município de São Gonçalo, tratavam 50 l/s e 5.500 l/s respectivamente.

falta d'água em alguns pontos e/ou ocasionando pressão excessiva na rede, causando vazamentos e danos às tubulações (PMSB/SG, 2014 e PEDHI, 2014).

Em 2010, os índices de atendimento dos municípios pelo Sistema Imunana/Laranjal já evidenciavam, na escala regional, a desigualdade na distribuição deste serviço. Ao analisar a distribuição entre os municípios, verifica-se que a população de São Gonçalo e Itaboraí que estão mais próximos dos mananciais da água, não se beneficiam desta situação, apesar de sua grande concentração populacional. São Gonçalo, com índice de atendimento de 79,7%, representava que 202.797 moradores não tinham acesso a água tratada, em Itaboraí mesmo com uma população menor, mas com apenas 27% atendimento, significava que 157.251 pessoas não eram beneficiadas por este serviço. Por outro lado, em Niterói, com 97,36% de atendimento, já estava próxima de atingir a universalização no abastecimento de água tratada.

É também importante destacar que, até 2010, o não alcance de índices melhores de atendimento de abastecimento de água nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, não está relacionado à “escassez” no manancial do Guapi-Macacu, e sim pela incapacidade do sistema de aduzir a vazão outorgada e pelo alto índice perdas na rede de distribuição de água.

O ACIRRAMENTO DO CONFLITO POR ÁGUA – OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

O caso do Comperj

Na última década, o território brasileiro foi palco da implantação de grandes projetos de desenvolvimento econômico apoiados na exploração intensiva de recursos naturais. Sustentados, por um grande número de investimentos induzidos pelo Estado, esses empreendimentos foram instalados em distintas áreas geográficas.

O estado do Rio de Janeiro se ajustou a essa lógica identificada com a noção de progresso, agregando em seu território diferentes projetos, como entre outros o Complexo Petroquímico (Comperj). As obras de infraestrutura (extramuros) necessárias à instalação desses empreendimentos alteraram os modos de reprodução social e espacial da população afetada e resultara em profundos impactos ao meio ambiente.

O Comperj foi apresentado como “um dos principais empreendimento da história da Petrobras, com estimativa de investimento da ordem U\$ 8,4 bilhões, segundo sua página oficial em 2009. Inicialmente, tinha como objetivo produzir, em uma mesma planta industrial, derivados do petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração.

Em 2012, após alterações no cenário petroquímico brasileiro, principalmente pelas iniciativas do Pré-sal na Bacia de Santos, a Petrobras agregou a planta do Comperj mais duas unidades: Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e a Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) (LIMA/COPPE/UFRJ, 2016, p.6).

Apesar das claras contradições do ponto de vista social e ambiental e as previsíveis consequências da instalação de um grande empreendimento industrial na região, a Petrobras e o governo do estado, com promessas de

melhorias econômicas e oferta de empregos, conseguiu apoio de grande parte da população local e, principalmente, das prefeituras locais. A implantação do Comperj é assim divulgada pela prefeitura, pela Petrobras, pela mídia e pelas ONGs locais como o único meio para o desenvolvimento (econômico) local e seus impactos negativos são camuflados pelo discurso de “desenvolvimento sustentável”.

O fornecimento de água do Comperj, como todas as outras atividades extramuros² do empreendimento tiveram seus processos de licenciamento apresentados em separado. Dessa maneira, são exemplos claros de fragmentação do licenciamento ambiental, já que estes não foram avaliados no EIA-RIMA do Comperj, e sim, como próprio documento salienta, a ser avaliado em um processo separado.

Uma das principais consequências decorrente da fragmentação do licenciamento ambiental é a impossibilidade de prever e avaliar os impactos acumulativos e sinérgicos do empreendimento, o que faz parecer que os impactos são menores, pois são apresentados parceladamente. O fracionamento também funciona, como muito bem observa Camaz (2017), como um disfarce e sobressai aos interesses econômicos em detrimento dos interesses socioambientais, cumprindo, assim, a finalidade de vencer furtiva e gradativamente as resistências, utilizando-se, inclusive, de arma psicológica, geração de emprego, melhora da qualidade de vida, desenvolvimento local, entre outros (CAMAZ, 2017, p.205).

Desde a escolha de sua localização na cidade de Itaboraí, em 2006, ocupando uma área de 45 milhões m², a implantação do Comperj gerou conflitos em diversos municípios da região, em particular no que se refere às questões sociais e ambientais. Um exemplo de grande impacto socioambiental foi, e ainda é, a proposta de construção de uma grande barragem no Rio Guapiaçu, considerada no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, como uma compensação ambiental imposta ao Comperj. A construção desta barragem além de afetar substancialmente áreas de mata nativas, inundará também propriedades agrícolas produtivas, afetando pequenos agricultores rurais e assentamentos de reforma agrária, sendo alvo de críticas e manifestações de diferentes grupos e movimentos sociais.

Esta proposta foi inicialmente apontada como alternativa para suprir a demanda por água industrial do Complexo. Contudo em 2011, o Governo do Estado e a Petrobras anunciam que o setor industrial do empreendimento seria atendido pela água de reuso. Assim, o empreendimento passa a ser visto de forma positiva, ocultando o seu impacto negativo no sistema de abastecimento de água da região, haja vista que a tecnologia do petróleo é poluidora e demanda intensa utilização por água e energia.

Desta maneira, a barragem chega não mais como uma obra da Petrobras, a partir de uma necessidade do empreendimento, como era destacado pelo EIA-RIMA Comperj (2007), mas sim como uma obra da Petrobras para o benefício

² Atividades extramuros que tiveram seu processo de licenciamento em separado: captação d'água, efluentes industriais (emissário terrestre submarino), Sistemas de Dutos de óleo e gás, Linhas de Transmissão e vias de acesso terrestre e aquaviários de transporte de grandes equipamentos. Além das unidades UPGN e ULUB agregadas ao projeto posteriormente.

da população local: como uma compensação ambiental. Assim, os agentes ligados ao Comperj, conseguiram desassociar a quantidade de água necessária para abastecer o processo industrial do complexo dos impactos negativos.

Além disto, com este discurso os agentes do Comperj tentaram esconder os impactos que esta represa causará, caso seja construída, sobre o espaço agrário do município de Cachoeiras de Macacu, no quantitativo de construções, instalações e benfeitorias rurais atingidas, ou seja reflete na dimensão socioeconômico da região, o que significa dizer os seus impactos sobre a agricultura familiar e o abastecimento alimentar da região metropolitana. De acordo com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO, 2013), a região movimenta uma produção diária de 55 toneladas de alimentos, liderando o plantio de aipim e milho, produtos destinados principalmente ao consumo da capital do estado.

Os atingidos do Vale do Guapiaçu só tomaram ciência do projeto quando o Governo do Estado, através da Secretaria do Ambiente (SEA) e da CEDAE, iniciou um cadastramento dos agricultores para fins de desapropriação da área, com claro intuito de relegá-los a uma questão menor na discussão dos impactos da referida barragem.

Como se pode observar, os atingidos do Guapiaçu tiveram seus direitos de participação nas negociações e tomadas de decisões usurpados. Desse modo, essas medidas geraram muita revolta e indignação, e onde houve tentativa de se apropriar da água, houve resistência por intermédio do Movimento dos Atingidos do Vale do Guapiaçu, como será visto mais adiante.

Além da barragem do Guapiaçu, no que se refere à área de abastecimento de água foi assinado o Convênio entre a Petrobras e a CEDAE, para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas, no valor de R\$ 75 milhões, como medida compensatória para atendimento de condicionantes do Comperj. O objetivo foi ampliar em 100 l/s, a capacidade de produção de água potável da ETA de Porto das Caixas, em Itaboraí, sendo esta vazão distribuída da seguinte forma: 50 l/s para atender as obras do Comperj e os 50 l/s restante destinados à população de Itaboraí (FREIRE, 2019 p.227-228). Para esta ampliação foi previsto uma nova adutora na derivação de Itaboraí.

Na divulgação dessa obra a Petrobras e o Governo do Estado mais uma vez inverte os motivos de sua construção, quando é passada a ideia que a Petrobras por ter viabilizado os recursos para sua implantação, seria justo que, em contrapartida, recebesse água para seu empreendimento e assim, esconde que o Sistema Imunana deixara de atender uma cidade deficitária em água para abastecer um empreendimento industrial. Inaugurada em 2011, sendo a única obra vinculada às medidas compensatórias concluída até o momento. Contudo, se pode afirmar que foi uma compensação ambiental que beneficiou o próprio poluidor/pagador, e ainda, como se não bastasse, produziu impactos negativos ao sistema de abastecimento de água Imunana/Laranja.

O discurso da “técnica” tem sido elemento fundante para legitimar a política de água no conflito. No caso em tela não foi diferente, ao longo destes anos foram empregados milhões em diferentes estudos e planos contratados pela Petrobras e pela Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) para apontar as melhores obras a serem implantadas, são eles: o projeto “Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-

Macacu”, ou simplesmente Projeto Macacu (2010) coordenado pela Universidade Federal Fluminense, com financiamento da Petrobrás; o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI, 2013), elaborado pela Fundação de apoio à COPPE/UFRJ, a COPPETEC, sob a encomenda da Secretaria Estadual do Ambiente; o Relatório de Impacto Ambiental da Barragem (RIMA/Barragem, 2015), elaborado pela Empresa Ambiental Engenharia e Consultoria. No entanto, em uma avaliação dos resultados destes estudos verifica-se que não há acordo sobre quais as melhores alternativas de ampliação da capacidade hídrica para região. Além disto, em nenhuma das metodologias apresentadas nestes estudos há qualquer menção à participação popular, consulta às comunidades impactadas ou construção coletiva de propostas, enquanto elementos fundamentais para medição prévia de impactos sociais e econômicos. O único ponto comum entre eles é que partiram da ideia de insuficiência do sistema de abastecimento de água para atender o adensamento populacional nos próximos anos relacionados à presença do Comperj na região.

Num contexto de crise econômica, política e institucional, o Comperj teve suas obras paralisadas em 2015. Em 2016, a partir do impeachment de Dilma Rousseff e pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, foram anunciadas mudanças nos planos de investimento da Petrobras, reduzindo a planta do Complexo à UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) e um gasoduto, prevista para entrar em operação em 2022 (Rota 3). E ainda, estão sendo estudadas a construção da planta de processamento de Lubrificantes e de uma Termoelétrica. A partir dessas transformações o Comperj passa a se chamar Polo GasLub Itaboraí.

O processo de licenciamento do Comperj foi alvo de inúmeras críticas gerando inúmeros conflitos no campo e nas cidades impactadas pelo empreendimento. Estas razões, inclusive, fundamentaram diversas proposituras de Ações Cíveis Públicas (ACP) pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), julgadas procedentes em 2019.

Como resultado, o MPRJ assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) fazendo com que a Petrobras assumisse uma série de compromissos para restabelecer, promover e garantir o equilíbrio socioambiental nas áreas afetadas pelo Comperj. O estimado investimento para executar as medidas previstas no termo é de R\$ 814 milhões.

O documento traz informações importante, pois revela, segundo a própria Petrobras, que o empreendimento não poderá utilizar 100% de água de reuso nos seus processos industriais. Além disto, o TAC autoriza a Petrobras a utilizar a outorga já existente do Rio Guandu, atualmente destinada à REDUC, para fornecimento de água para a partida da UPGN e utilidades, necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que dependerá da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo. Destaca-se que no Termo não existe prazo para a conclusão do referido estudo.

O TAC também traz inquietações em relação a barragem do Guapiaçu. A barragem do Guapiaçu é um dos empreendimentos questionados na ACP, quanto ao licenciamento ambiental e seus impactos. Considera que alternativa da barragem do Guapiaçu está condicionada à previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do Comperj, mas este cenário

original se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento. E por essa razão condiciona a sua construção à elaboração de um “Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro”, que deverá contemplar um capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a construção da barragem do Guapiaçu e alternativas para o abastecimento da região. Este será o quarto estudo elaborado para apontar a “melhor” alternativa para abastecer a região.

E ao final, conclui, se o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro confirmar a implantação da Barragem do Guapiaçu como melhor alternativa, o Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e justa desapropriações, com os recursos já previstos que serão desembolsados pela Petrobras. Apesar do TAC inicialmente fazer avaliações assertivas, mas ao ressaltar a possibilidade da barragem do Guapiaçu como a única alternativa, indica um pré-julgamento sobre o resultado do estudo, e uma possível falta de diálogo para discutir soluções de menos impactos do ponto de vista social e ambiental. Desta maneira a que tudo indica uma nova Batalha se aproxima.

A luta dos pequenos agricultores do Vale do Guapiaçu contra a grande e pequenas barragens

A luta pela permanência no território pelos pequenos agricultores do Vale do Rio Guapiaçu é histórica e data da época da ditadura militar, sendo acompanhada pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), por meio do projeto “Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), coordenado pela professora Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ, 2015).

Não é a primeira vez que os agricultores da Bacia do Rio Guapiaçu, são ameaçados de serem expulsos de suas terras. Os atingidos têm um histórico de muita luta e sofrimento para a conquista da terra onde vivem e trabalham, a maioria em pequenos lotes com agricultura de base familiar. Logo após o golpe militar (1964), muitos tiveram que enfrentar a repressão política contra os que participaram da ocupação de 1963 da Fazenda São José da Boa Morte (vizinha da região a ser alagada), desapropriada por João Goulart em janeiro de 1964 e devolvida ao proprietário durante o regime militar. Cachoeiras de Macacu era observada pelos militares com mais atenção em função das diversas organizações de esquerda lá atuantes. A repressão, portanto, lá se dava de maneira mais intensa (CPDA/UFRRJ, 2015).

Na área em que está projetado o alagamento da barragem, existem famílias que vêm de diferentes trajetórias, a maioria marcadas pela vulnerabilidade e por processos de expropriação, que se intensificaram com a ditadura. As que vieram do Imbé, por exemplo, já estavam lá porque haviam sido expulsas de outras terras antes, como é o caso das que foram despejadas da Fazenda do Largo, em São João da Barra, ou de antigos colonos do café oriundos de Minas Gerais e do norte fluminense que foram obrigados a buscar outras formas de sobreviver em função da crise cafeeira. Os que já estavam em Cachoeiras de Macacu enfrentaram a perseguição militar em função do conflito da Fazenda São José da Boa Morte. Estes agricultores, depois de cinco décadas, correm o risco de serem novamente expulsos de suas terras, o que mostra a constante vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores do

campo no Brasil, sobretudo aqueles a quem a terra não é objeto de herança, mas de conquista (CPDA/UFRRJ, 2015).

Como se não bastassem esses diversos processos de expulsão, esses agricultores carregam ainda o histórico de já terem sido obrigados a resistir a uma primeira tentativa de construção dessa barragem. O projeto existe desde 1985, quando a Barragem do Guapiaçu foi incluída no Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro da CEDAE. A luta se estendeu até 1989, quando atingiu seu ápice, e com uma grande passeata os agricultores conseguiram barrar o projeto (SANTIAGO, 2017).

A proposta não era a mesma, a localização escolhida para o barramento era no Eixo Guapiaçu à montante da área atualmente prevista.

Com advento do Comperj, o Projeto Macacu desloca para jusante o ponto de barramento, que, caso seja construído, causará grandes impactos sobre os assentamentos rurais de agricultores familiares, que estão duplamente expostos à vulnerabilidade em razão dos litígios e omissões estatais que marcam as políticas fundiárias para a região.

Chama atenção no diagnóstico do RIMA Comperj (2007, p.41), assim como, no Plano Estadual de Recursos Hídricos (2013, p.126) a afirmação de que a área de abrangência da barragem não possui ocupação. Até a elaboração do EIA/RIMA da Barragem (2015) protocolado na SEA em 2014, este era o cenário com o qual o governo estadual tratava a questão do vale do Guapiaçu, ou seja, um vale “desocupado”, sem gente, sem cultura. Estes instrumentos técnicos ignoram a existência e a importância da agricultura de base familiar que historicamente se reproduz na região, apontando a inexistência de ocupação das terras e levando em conta apenas a geometria favorável do relevo como critério de viabilidade para a formação do reservatório. Isso se torna sintomático quando visto a amplitude dos impactos sociais e os aspectos relacionados à produção agrícola, tornados invisíveis de forma sistemática.

Se de fato a barragem for construída, sua área alagada implicará na remoção de cerca de 1.100 agricultores e moradores das comunidades Vecchi, Anil, Ilha Vecchi, Quizanga, Subaio, Serra Queimada, Coco Duro, Boa Sorte, Sebastiana, Matumbo e Morro Frio (Santiago, 2017, p.18). A região está localizada em uma área de terra fértil e ocupada historicamente pela agricultura de base familiar, produzindo grande quantidade de alimentos como aipim, milho verde, quiabo, jiló, berinjela, olerícolas, feijão Mauá, batata doce, inhame, goiaba e maracujá, garantindo parcialmente a segurança alimentar e nutricional dos centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro (GT Agrária – AGB, 2014, p.38).

Os atingidos do Vale do Guapiaçu só tomaram ciência do projeto em 2013, quando o Governo do Estado, na tentativa de dominação do território, contratou a empresa COHIDRO Consultoria de Estudos e Projetos e a ONG Viva Rio, para fazer o levantamento da área, cadastrar os moradores das comunidades e avaliar seus imóveis. Para se introduzirem no território e nos ares dos agricultores, a COHIDRO e a Viva Rio, utilizaram de várias táticas, tais como: se associaram à Petrobras que gozava de prestígio na região, contrataram mão de obra local para a realização do serviço, ofereceram cursos de aceleração escolar e que estavam disponibilizando assistentes sociais “para ouvir as demandas da população”, entre outras (SANTIAGO, 2017).

Ainda conforme Santiago (2017), o modo de interação pelo qual a comunicação entre o agente empreendedor público, a SEA, foi mediada por estes agentes contratados, sendo marcado pela completa desinformação sobre o projeto de barragem. As comunidades nunca foram informadas com precisão sobre as dimensões dos impactos, o que gera incerteza sobre quem será, como será e quando será atingido (SANTIAGO, 2017, p. 46).

No entanto, a publicação dos dois Decretos de desapropriações de áreas e benfeitorias em função da implantação da Barragem do Rio Guapiaçu, e a publicação de 2 vídeos no youtube, produzidos pela Viva Rio, em novembro de 2013, dirigidos à população local geraram muita revolta e indignação por parte dos agricultores atingidos.

Nos vídeos, os agentes do Estado utilizam o mesmo discurso construído desde do lançamento do Comperj, que dizia que o empreendimento geraria milhares de emprego, preocupação ambiental no processo de licenciamento com a exigência de plantio de 7 milhões de árvores e que o problema do abastecimento de água para 2 milhões de pessoas da região seria resolvido. E que, por este motivo, entre as nove alternativas estudadas pelos órgãos ambientais, a barragem do Guapiaçu foi apontada como a melhor opção.

A partir deste momento, o movimento de resistência dos agricultores atingidos pela barragem passa a imprimir um ritmo intenso de contestação no território, bloqueando a rodovia RJ 122, ocupando as ruas, a prefeitura, o INEA. O movimento também ganha visibilidade e obtém apoio de um grande número de organizações da sociedade civil, sindicatos e redes de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Vídeos produzidos coletivamente sobre o movimento dos atingidos do vale do Guapiaçu trazem à tona a realidade vivida por esses agricultores. Todas essas frentes de luta denunciam a violência das estratégias de desenvolvimento adotado, especialmente no que se refere aos deslocamentos compulsórios, e reivindicam o respeito aos direitos já reconhecidos.

Em 2014, é protocolado EIA/RIMA da barragem na SEA. Esses novos estudos ambientais reconhecem a presença camponesa na área diretamente atingida, e apresenta por exemplo o “risco de desabastecimento alimentar e aumento dos preços dos alimentos” (EIA/RIMA Barragem, 2015 p.59), apontando ainda para a perda de qualidade de vida, aumento do desemprego e redução da arrecadação de impostos com o fim das obras, o que confirma, portanto que o vale do Guapiaçu está ocupado social e economicamente. Contudo, os impactos previstos não foram suficientes para evitar que a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) solicitasse ao INEA a Licença Ambiental Prévia para implantação da barragem. Naquele momento o movimento dos atingidos organiza um grande ato público onde o lema foi: “Defesa da água como bem público e contra a sua mercantilização”. E, em 27 de maio de 2014, o INEA notifica a SEA de que o processo de requerimento de Licença Prévia nº E-07/508.365/2012 referente à implantação da Barragem do Guapiaçu havia sido arquivado temporariamente e sua análise suspensa até que fossem apresentados novos estudos e atendidas às exigências complementares.

Em 6 de março de 2015, foi realizada uma Audiência Pública (Figura 34) dentro do vale do Guapiaçu, em Serra Queimada, com a participação de aproximadamente 1000 agricultores, com a presença do secretário da SEA, à

época, André Correa. Este foi o primeiro e único contato direto do Poder Público no território com população impactada que se tem notícias até aquele momento.

E, ao final, o secretário saiu antes da reunião terminar, sem responder aos questionamentos dos presentes, deixando um clima de desinformação e incerteza para os agricultores. Neste sentido, Cadorin (2017, p.100) resume bem o sentimento de frustração dos atingidos “não houve nenhuma palavra que lhes desse alguma esperança de continuarem agricultores do Guapiaçu”.

Vale ressaltar que, ao contrário dos agricultores atingidos, a fala do secretário produziu efeitos positivos para a coalizão em defesa das barragens alternativas. A defesa de pequenas barragens foi empreendida (e ainda é) pela elite local, representada pelo Sindicato Patronal Rural (SPR-CM), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu, a ONG Reserva Ecológica do Guapiaçu (REGUA) e pela OSCIP Instituto Interdisciplinar Rio Carioca (IIRC), em reação à proposta da grande barragem do Guapiaçu pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. É importante destacar que esta proposta atende aos interesses dos grandes latifundiários que terão suas terras inundadas caso a grande barragem seja construída.

A proposta das pequenas barragens foi lançada por este grupo a partir de um estudo prévio em 2013. O estudo parte da hipótese que se poderia suprir a reservação de 90 milhões de m³ de água da barragem proposta pela SEA, com a construção 3 pequenas barragens a saber: no Rio Anil, com capacidade de armazenamento de 30 milhões de m³, atingindo a comunidade do Anil; no Rio Cabloco, com capacidade de armazenamento de 50 milhões de m³, alagando a comunidade de Serra Queimada, por fim, a terceira no Rio Soarinho, na comunidade também de mesmo nome, com capacidade de armazenamento de 30 milhões m³ com impacto social zero (SANTIAGO, 2017). Em suma, seus impactos recaem exclusivamente sobre os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, que não participaram desta formulação.

A aliança dos setores da elite local em oposição à grande barragem, organizou sua ação política nos apontamentos feitos pelo Ministério Público Federal (MPF), de irregularidades na condução do processo da barragem pelo Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, iniciam e intensificam uma batalha com a SEA no interior dos órgãos de gestão participativa e descentralizada da água. Ocupando tais espaços e em constante mediação com os atores presentes nele, formularam e validaram a proposta de construção de barragens alternativas em oposição à grande barragem.

Por outro lado, em agosto de 2015, os trabalhadores rurais e assentados pela reforma agrária em conjunto com MAB, construíram e defenderam uma proposta alternativa às barragens, centrada em ações de recuperação ambiental da bacia do Guapiaçu e no reflorestamento da área, com objetivo de aumentar a produção de água.

A Nova CEDAE, uma mercadoria a ser vendida

Até 2021, a Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), principal agente na gestão do saneamento do Estado do Rio de Janeiro, prestava serviços de tratamento e fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos.

Segundo a CEDAE, em 2018, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia operava os serviços de abastecimento de água em 64 deles, dentre estes, com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria deles, as operações decorriam de Contratos de Programa firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

Até 2006, a CEDAE vinha fechando os anos com resultados financeiros negativos decorrentes de diversos problemas, entre eles, o elevado grau de endividamento contraídos em gestões anteriores, a incapacidade de investimento com recursos próprios, o alto índice de evasão de receitas e inadimplência, diversos processos de contencioso cíveis, tributários e trabalhistas.

Um outro problema que a CEDAE vinha enfrentando desde o final dos anos 90, era a resistência das prefeituras em firmar a renovação do convênio de prestação de serviços de água e esgoto com a companhia. O grau de insatisfação era justificado, por um lado, pela falta de investimento da empresa nestes municípios e por outro, os gestores destas cidades tinham como referência as concessões destes serviços à iniciativa privada realizadas pelos municípios de Niterói e Campos, em 1999, considerada por eles como bem-sucedida. Contudo, estes gestores esqueciam que as cidades pobres e pequenas são pouco *atraentes* para as companhias privadas de abastecimento de água, por não oferecerem a garantia de retorno financeiro (FREIRE, 2019).

No primeiro mandato do governador Sergio Cabral, em 2007, foi iniciado o Plano Estratégico de Restruturação Administrativa e Financeira, sob a assessoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010). Desde então, a política da empresa foi apoiada em uma estratégia de recuperação financeira centrada na obtenção de lucro, mediante reajustes tarifários em todas as categorias, coibição de ligação clandestina, implantação do Programa de Demissão voluntária que diminuiu em 13% a folha salarial.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1 e PAC2), no âmbito do Programa Saneamento para todos, a partir de 2007, um novo cenário se apresenta, a CEDAE passa a possuir um elemento forte para negociar as renovações dos contratos de programa com os municípios, a partir dos investimentos de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, disponibilizados para o Estado do Rio de Janeiro, por meio desse Programa.

Em que pese a importância da inclusão do setor de saneamento no Programa de Aceleração de Crescimento, no sentido da quantidade significativa de recursos alocados para redução do elevado déficit de acesso aos serviços de água e esgoto existente no Brasil, o lançamento deste programa acabou produzindo um descompasso entre a institucionalização do marco regulatório, previsto na Lei n 11. 445/2007, que estabelecia critérios para que os titulares e prestadores tivessem acesso aos recursos da União, buscando dar efetividade aos investimentos, e o PAC.

Assim, a CEDAE, apoiada pelo governo de estado, que usa estes investimentos nos municípios, especialmente da região metropolitana, como moeda de troca para obter apoio político, renova os seus contratos de programa de prestação de serviço em 44 municípios do Estado do Rio de Janeiro, no período de liberação dos recursos do PAC (2008 a 2013).

Como resultado desse aporte de recurso associado a nova visão empresarial da companhia, verifica-se que as áreas onde foram alocados investimentos para ampliação dos serviços de água e esgoto da companhia, privilegiou o atendimento da demanda solvável. No Balanço Financeiro da CEDAE de 2014, 46% dos recursos foram destinados à melhoria do sistema de água e esgoto da região da Barra da Tijuca e Recreio no município do Rio de Janeiro, área que apresenta melhores indicadores sociais, inclusive em relação ao acesso a estes serviços do que, por exemplo, a Baixada Fluminense ou o Leste metropolitano. E ainda, mesmo nos municípios onde houve um menor aporte de recurso, como por exemplo São Gonçalo e Maricá, que são carentes destes serviços, verifica-se que a maioria dos bairros atendidos são de moradores de maior poder aquisitivo, o que tem assegurado à empresa o retorno do capital investido.

Esta visão empresarial dos serviços prestados pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) não é estranha ao modelo Planasa, ao contrário, estava na base do projeto da gestão dos serviços de saneamento básico do regime militar, quando se exigia para se ter acesso aos recursos do SFS administrados pelo BNH, estudos de viabilidade econômica com vistas ao retorno dos investimentos.

No entanto, em um contexto neoliberal, surgiram inovações para que o consumo de água gere riqueza para o financiamento de investimentos privados, acompanhada da ampliação da participação da iniciativa privada na prestação deste serviço. Assim, a gestão pública de abastecimento de água passa a ser orientada por uma lógica de negócios e de mercado sob os imperativos de uma economia crescentemente privatizada e competitiva.

Dessa maneira, seguindo tal orientação, a CEDAE, com a visão empresarial pré-existente, reforçada em um modelo de gestão pautada por princípios mercantis, a partir de 2007, passou a obter lucros em todos os anos, com exceção apenas de 2011 que registrou prejuízo. No balanço de 2018 apresentou resultados acima da expectativa do mercado, uma receita líquida de R\$ 5,43 bilhões, lucro líquido de R\$ 832,3 milhões e patrimônio líquido de R\$ 7,82 bilhões. A CEDAE era segunda maior prestadora de serviço de saneamento básico no Brasil, atrás apenas da Companhia de Saneamento Básico do Estado São Paulo (SABESP).

Contudo, esta visão aplicada aos serviços de saneamento pela “NOVA CEDAE”, que também é seguida pela maioria das grandes empresas públicas regionais no Brasil, contrapõe-se a uma visão social e estratégica de considerar o setor de saneamento básico como um provedor de um serviço público essencial e que se constitui em um dever do Estado e direito inalienável da população. Além disto, a adoção da referida visão não parece contribuir para a ampliação substancial dos investimentos com o objetivo de avançar no processo de universalização. Ao contrário, a atividade de saneamento ao ser tratada como um negócio rentável, abre caminho para atrair novos investidores privados ávidos por lucros e para um processo de privatização das empresas estaduais.

Esse é o caso da CEDAE, que a partir do Governo Temer, em 2016, teve na sua possível privatização a única alternativa para sanear as contas do Estado do Rio de Janeiro.

A situação de crise financeira do estado do Rio de Janeiro foi um instrumento de pressão do governo federal para induzir adesão do referido estado ao Programa de Parceria de Investimento (PPI), criado pela Lei nº 13.334, de 2016, com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização, já na primeira fase do programa a CEDAE foi selecionada para elaboração de estudo de modelagem para sua privatização. Em 2017, com aprovação da Lei nº 159/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal para os estados, que prevê a privatização de ativos estaduais como contrapartida para o recebimento de ajuda financeira da União e visa as companhias estaduais de saneamento, o governador Luiz Fernando Pezão adere ao programa.

Em 20 de fevereiro de 2017, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprova o projeto de lei enviado pelo Executivo para autorizar a venda de ações da CEDAE como contrapartida para viabilizar um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões do governo federal ao estado. Em novembro do mesmo ano, o banco francês BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$ 2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que recebeu como garantia até 50% das ações da Companhia (Balanço CEDAE, 2018). Contudo, essa venda tem sido objeto de diferentes questionamentos na justiça.

De certo, os contratos de programa com os municípios foi um obstáculo que dificultou o processo de privatização da CEDAE. Todavia, após aprovação pelo congresso do NOVO MARCO LEGAL do Saneamento³, que extingue a modalidade de contratos de programa, concomitantemente com o resultado da modelagem elaborado pelo BNDES, que propõe que a companhia seja dividida em quatro empresas a serem ofertadas à iniciativa privada, permitiu que em abril de 2021 fosse realizado o leilão da CEDAE, na Bolsa de Valores de São Paulo, que arrecadou R\$22,6 bilhões, com a venda de três dos quatro blocos ofertados. Tudo isso mostra que a agenda ofensiva neoliberal avança na lógica da água como mercadoria, sendo o Estado o seu principal agente em defesa dos interesses privados.

AS OBRAS DO PAC DO SANEAMENTO: A QUEM ATENDE?

No recorte territorial deste estudo, após um longo período com as concessões vencidas, a CEDAE, em 2008, renova os contratos de prestação de serviços de água e esgoto junto às Prefeituras de São Gonçalo e Maricá.

O Plano de Saneamento do município de São Gonçalo foi aprovado em 2014, e o do município de Maricá somente em 2015. Os Contratos de Programa, mesmo sem plano para orientá-lo, mencionava um conjunto de ações a serem realizadas pela CEDAE, na perspectiva de obtenção de recursos do PAC. Desta maneira, as renovações se fizeram mediante a promessa de investimentos nestas cidades.

Entre as obras previstas para os dois municípios, foram incluídas melhorias do Sistema Imunana-Laranjal com a execução de uma nova adutora de água bruta e otimização da Estação de Tratamento de Água de Laranjal, atingindo a vazão final de 7 m³/s, outorga máxima permitida no canal de

³ [LEI Nº 14.026, de 15 de julho de 2020](#)

Imunana⁴. Lembrando que, até então, o sistema de adução de água bruta atendia com déficit os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Niterói e Paquetá, e que este incremento de vazão, apesar de não resolver definitivamente o problema de toda a população, a princípio, seria para diminuir a desigualdade existente ao acesso a água à população destes municípios.

Em relação às obras de abastecimento de água em cada município com recursos do PAC, segundo a supracitada empresa, em 2015, estavam previstos investimentos no valor de R\$102.324.695,18 em Maricá, e de R\$ 83.393.416,31 em São Gonçalo.

Município de São Gonçalo

Destaca-se que inicialmente estavam previstas ações para a ampliação do sistema de abastecimento de água, com a construção de reservatório, tronco alimentador e tronco distribuidor, nos distritos de Monjolos e Ipiíba, áreas de ocupação com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal. Contudo tais obras foram sucessivamente adiadas e até o momento não foram executadas. Essas ações, caso realizadas, poderiam diminuir as desigualdades ao acesso a água no interior do município. Isto evidencia a falta de interesse da empresa em fomentar a universalização do serviço, principalmente nas regiões de menor poder aquisitivo, através de mais investimentos financeiros em infraestrutura.

Por outro lado, observa-se que as áreas onde foram executadas a maioria das obras localizam-se nos bairros com os melhores índices socioeconômicos, próximos ao eixo central do município e aos limites com Niterói.

Tal configuração, no contexto do abastecimento público de água no espaço urbano da cidade de São Gonçalo reproduzir e aprofunda a segregação socioespacial na proporção em que o serviço de água se concentra nas áreas mais valorizadas socioeconomicamente.

Município de Maricá

O processo de urbanização de Maricá ocorreu de forma esgarçada e permeada de lotes vazios, o que demandaria uma ampliação da infraestrutura (BIENENSTEIN, *et al.*, 2014) aspecto este que não aconteceu. Assim, com baixa disponibilidade hídrica dos mananciais do município, associada às características de uma urbanização dispersa, Maricá, em 2010, apresentava o menor índice de cobertura do serviço público de abastecimento de água, entre os municípios estudados. Segundo o Censo do IBGE (2010), apenas 18,95% dos domicílios permanentes do município possuem abastecimento de água por rede geral, enquanto 78,52% são abastecidos por poços ou nascentes, 1,72% dos domicílios utilizam abastecimento de água por “carros-pipa”, e 0,82% por outra forma de abastecimento.

Além disto, a qualidade desse serviço é irregular, com interrupção e intermitência elevada. E por isso muitos moradores optam em não se ligar a rede, mesmo tendo este serviço disponibilizado para sua residência. Holzer (2016, p.77) acrescenta que muitas dessas áreas servidas por rede acabam sendo

⁴ Segundo a CEDAE o valor desta obra em 2015 era de R\$ 127.574.336,00

desvalorizadas, quando não há possibilidade de perfuração de poços, pois, no período de estiagem, a água passa a ser adquirida por carros pipa a um custo considerável.

Dessa maneira, para maioria da população de Maricá a solução para o abastecimento de água por poços ou nascentes é a única alternativa, mesmo em áreas de melhores índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) (FREIRE, 2019).

Com o lançamento do Comperj, associado ao aumento da arrecadação com royalties do petróleo pelo município e a promessa de construção de um terminal portuário, inicia-se uma mudança no perfil dos lançamentos imobiliários em Maricá. O município passou a atrair grandes empreendedores imobiliário.

No caso de Maricá, se pode inferir que, agentes econômicos de diversas modalidades são atraídos pelo bom “clima de negócios, por intermédio de um outro protagonismo do Estado”, apontando indícios de um modelo de política urbana voltada para “empresariamento urbano” (Harvey, 1996).

Como resultado desse processo, dezenas de condomínios de grande porte foram licenciados pela prefeitura.

Frente a carência de água no município, esses empreendedores lançaram mão da “técnica”, com a perfuração de poços profundos - os condomínios são verdadeiros “oásis” em uma região sem água, o que reforça a ideia de enclaves socioespaciais implantados neste território, reproduzindo e acirrando as desigualdades sociais e de acesso a água existente no município.

Em 2011, a Companhia de Águas e Esgotos Estadual – CEDAE, inicia, com recursos do PAC, um conjunto de ações para ampliação e aumento de eficiência do serviço de abastecimento de água nos Distritos Sede, Inoã, Itaipuaçu e Ponta Negra.

E assim, a partir das obras de implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Inoã e Itaipuaçu, parte de Maricá passa a ser abastecida pelo Sistema Imunana-Laranjal.

A decisão do governo do Estado e da CEDAE em abastecer o município por um sistema onde a água já se encontrava em disputa em escala regional e local, é um exemplo que a escolha técnica é um processo decididamente político e deve ser analisado como tal. E ainda, longe de ser neutra, geralmente, refletem preferências políticas, sociais e culturais hegemônicas.

Como bem diz Swyngedouw (2004), são essas geometrias do poder que revelam as relações de poder econômico e político através das quais o acesso, o controle e a distribuição da água são organizados. Na verdade, a pobreza e a governança que a marginaliza são que fazem as pessoas morrerem de sede, não a falta de água.

O início da operação do sistema de abastecimento de Inoã e Itaipuaçu só ocorreu em sua completude em 2018, com finalização das obras do sistema Imunana/Laranjal. E, como não podia deixar de ser, as áreas onde foram executadas a maioria das obras, se concentra nos bairros com os melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal.

Em suma, a implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu, revela que o fluxo de água e o fluxo de dinheiro e poder evidencia a economia política do tecido urbano e o funcionamento dos mecanismos de dominação e subordinação na arena urbana.

Município de Itaboraí

O lançamento e as obras do Comperj no município de Itaboraí, transformou significativamente o padrão de uso e ocupação do solo da cidade. O município de Itaboraí acompanhou esse novo modelo de ocupação do solo, com grandes lançamentos imobiliários, novas volumetrias, rupturas urbanísticas-territoriais, investimentos no setor de serviço e alterações nas normativas urbanísticas

Esses novos espaços produzidos contrastam fortemente com a urbanização anterior, caracterizada pela horizontalidade das construções e precariedade do saneamento ambiental, onde vive uma população de renda média baixa e baixa (BIENENSTEIN, *et al.*, 2014, p.235.).

Em Itaboraí, os investimentos imobiliários foram aplicados principalmente no setor de serviço (salas comerciais) e em prédios multifamiliares de alto padrão. Os maiores investimentos comerciais foram Enterprise City Center e Hellix Business Center.

Chama atenção a escolha locacional dos novos empreendimentos imobiliários implantados no município, em sua maioria foram construídos nos bairros do centro e Jardim Imperial e ao longo da Av. 22 de Maio, locais com as melhores coberturas de infraestrutura do município, inclusive de água e com os melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal.

Como visto anteriormente, em relação ao abastecimento de água, o município de Itaboraí apenas recebeu recursos provenientes da medida compensatória do Comperj, que ampliou em 100l/s a capacidade de produção do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas. Contudo, somente 50l/s desse incremento de água foram destinados à cidade, o que poderia ampliar o atendimento desse serviço para aproximadamente 13.000 pessoas., Entretanto, essa melhoria não foi verificada após a inauguração das obras da ETA em 2011 (FREIRE,2019).

Dessa maneira, se pode inferir que o aumento da vazão de distribuição de água tratada do Sistema de abastecimento de Porto das Caixas não beneficiou os bairros onde este serviço é deficitário. Por outro lado, uma hipótese sobre a destinação dessa água, é que pode estar sendo utilizada para atender à demanda de água dos novos empreendimentos imobiliários instalados na região do centro, que têm alto padrão construtivo e, portanto, um maior consumo de serviços, inclusive de água, com várias suítes, equipamentos de lazer como piscina, salão de festa, academia etc.

Nesse cenário de contrastes de uma urbanização que se supunha ser elitizada e uma antiga inacabada, com demandas por serviços atendidas de forma diferenciada, só reproduz e aprofunda a segregação socioespacial local existente.

Município de Niterói

Desde 1999, o sistema de abastecimento de água do município de Niterói é composto de duas partes que operam integradas. A primeira, de responsabilidade da CEDAE, fornece água tratada ao município a partir do Sistema Imunana/Laranjal. A segunda, de responsabilidade da concessionária privada Águas de Niterói S.A, que compra água da CEDAE e a distribui ao município.

Niterói é o único, entre os municípios estudados, que teve a distribuição dos serviços de água e esgoto concedidos a iniciativa privada. Os referidos serviços foram concedidos por 30 anos à empresa Águas de Niterói, em 1997. Porém, a nova concessionária só assumiu a operação dos serviços em 1999, devido a uma longa disputa judicial com a CEDAE em torno da titularidade dos serviços e do preço a ser pago à companhia estadual pela água tratada que fornece ao município através do sistema Imunana-Laranjal.

Niterói é o único município da região metropolitana do Rio de Janeiro que ainda não aprovou o seu Plano de Saneamento Básico. A Prefeitura Municipal de Niterói, iniciou a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), somente em 2019. Até o momento, a participação da sociedade no plano foi limitada à duas audiências públicas na Câmara dos Vereadores de Niterói. Sendo que, na segunda audiência, os representantes municipais deram por encerrada a etapa do executivo na elaboração do PMSB.

Apesar do PMSB afirmar que no município de Niterói o abastecimento de água ocorre para 100% da população da cidade, o alto índice de perdas apresentado de 33,78% coloca em dúvida a eficiência do atendimento. Desde 2013, têm sido observadas manobras de água em vários bairros, com intermitência prolongada e com constante diminuição da oferta em época de estiagem e nas redes situadas em final de linha, principalmente nos territórios populares como também em alguns bairros de classe média.

Quanto a abrangência desse serviço na cerca de 138 comunidades existentes no município cadastro da prefeitura municipal, o PMSB deixa claro que este serviço foi dimensionado e implantado apenas para tender 50% dessas áreas. E a justificativa para não atendimento na sua totalidade é “devido às dificuldades impostas pela violência social nas comunidades” (PMSB/2020, p.77).

Desse modo os moradores dessas áreas, onde a rede não foi executada, para suprir sua necessidade diária de água tiveram que implantar, por conta própria, suas redes. Justamente aqui onde esses serviços deveriam ser subsidiados.

O mais perverso disso tudo, é que a empresa culpabiliza os territórios populares pelo alto índice de perdas, “pois é de conhecimento interno que um elevado percentual destas perdas é proveniente da impossibilidade de cobrança nas áreas de comunidades carentes (PMSB/2020, p.78)”.

Aqui é um caso que a falta de promoção de participação traz diagnóstico equivocado do ponto de vista de acesso da população de menor renda aos serviços, e a carências e deficiências dos sistemas. Na maioria das comunidades de Niterói, foi a concessionária que se negou em executar a totalidade da rede água. E mesmo em muitas áreas onde foi implantada essas redes e o serviço não é cobrado, foi a concessionária que se negou a instalar os hidrômetros.

Cabe ressaltar que lançamento e as obras do Comperj na região também provocaram expectativas e mudanças urbanística na cidade de Niterói, que por sua vez vem pressionando o sistema de abastecimento de água Imunana/Laranjal.

Um exemplo destas mudanças na legislação urbana ocorreu em Niterói em 2013, com aprovação a Lei Municipal nº 3.061, de 03/12/2013, que autoriza o Poder Executivo a realizar a Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói, "OUC-Niterói".

A OUC-Niterói foi defendida por um conjunto de ordens de justificação que indicava, a necessidade de atrair mais moradores para a região, "otimizar" os "espaços subutilizados" que a aquela área da cidade, no entender dos seus proponentes, apresentava, e promover o desenvolvimento econômico da mesma.

No ano de 2010, a cidade possuía um contingente populacional de 487,5 mil habitantes e apresentava um dos mais elevados Índice de Desenvolvimento Humano do país. A cidade recebe uma população flutuante de mais de 300.000 pessoas todos os dias, trabalhadores que passam inevitavelmente por sua área central com destino a outras localidades, em especial ao Rio de Janeiro. A OUC encontra-se localizada justamente nesta área da cidade, abrangendo cerca de 3,2km².

No entanto, uma análise mais apurada do programa da Operação demonstra um grande impacto no sistema de abastecimento de água. E assim, alheio ao fato de que o abastecimento de água de Niterói é um problema regional, no Relatório de Impacto de Vizinhança, RIV, é previsto que ocorrerá adensamento populacional devido ao empreendimento.

E assim, diante das previsões de crescimento populacional apresentadas a demanda por água aumentará em aproximadamente 40%, somente na área da OUC, não considerando o crescimento dos demais bairros não atingidos pela operação.

Assim sendo, este empreendimento poderá acarretar um aumento dos conflitos socioambientais, com a exclusão do acesso da população de menor renda a esses serviços.

Cabe lembrar, que nas audiências públicas de discussão da Operação Urbana Consorciada do Centro, membros da sociedade civil alertaram sobre o risco de colapso no abastecimento d'água diante das propostas de adensamento de uso e ocupação do solo urbano do Centro e bairros vizinhos. Contudo o executivo municipal ignorou este problema, justificando que o município não era responsável pelo abastecimento de água da região.

Já no ano de 2015, durante a discussão do Plano Urbanístico de Pendotiba de Niterói – PUR, no qual foi proposto e aprovado um maior adensamento na região, a estratégia do executivo municipal para evitar que a polêmica vinculada à ameaça de desabastecimento de água foi introduzir na própria lei que aprovou o mencionado Plano Urbanístico, a garantia de abastecimento de água por cinco anos na região. Vale, contudo, destacar que esta orientação tem duas incoerências: a primeira refere-se à própria prefeitura não somente não é responsável pela gestão do serviço de água, conforme, inclusive, seus membros destacaram, como também não tem como garantir uma

vazão futura de abastecimento por 5 anos para a região, tendo em vista que hoje a vazão ofertada já não é suficiente para atender o município; a segunda, tem relação com o prazo de revisão do projeto de lei, no qual, no art nº 127, coloca que a referida lei deverá ser revista em 10 anos. Apesar de indagado em todas as audiências públicas sobre esta incoerência, os membros do executivo municipal não responderam esta questão.

Niterói apesar de não ter sido diretamente beneficiadas com as obras de compensação ambiental de Comperj e pelos investimentos do PAC de Saneamento, foi agraciada com incremento de vazão que passou de 1,8 m³/s, em 2013, para 2,1 m³/s, em 2018, a partir da conclusão das obras de ampliação do Sistema Imunana/Laranjal. Essa diferença de vazão de 0,3 m/s pode abastecer aproximadamente 72.000 habitantes. No entanto esse aumento de vazão não chegou resolver os graves problemas de acesso a água nos bairros populares do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas apontam que o conflito pela água no Vale do Guapiaçu é um exemplo, que o território não é palco da disputa pelo controle da água, mas a própria água é território! E deste modo, pequenas ou grandes, barragens são pretexto para mais uma expropriação que incide sobre os mais pobres.

As obras do PAC de abastecimento público de água nos municípios da região, entre 2010-2018, mantiveram a política centrada na obtenção de lucro implantada pela CEDAE a partir de 2007 pelo governo estadual. E assim reproduz e aprofunda a segregação socioespacial regional e local já existente na proporção em que áreas de baixos níveis de renda e precariedade no acesso aos serviços de água não foram beneficiadas por essas ações da CEDAE.

Logo, se pode inferir que, baseados na infraestrutura do serviço de abastecimento de água, o conceito da escassez socialmente produzida se aplica aos municípios da região, no qual a circulação de água está diretamente relacionada à demanda solvável e à circulação de capital no espaço urbano.

A decisão da CEDAE em abastecer o município Maricá pelo sistema, sem atender demanda existente, revela que fluxos de água, dinheiro e poder são mecanismos de dominação e subordinação.

A visão empresarial da CEDAE abriu caminho para atrair novos investidores privados ávidos por lucros e para um processo de privatização da Companhia que se concretizou em 2021, o que mostra que a agenda ofensiva neoliberal brasileira avança na lógica da água como mercadoria (como commodity), sendo o Estado o seu principal agente em defesa dos interesses privados.

REFERÊNCIAS

CAMAZ, F. R. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): implicações socioambientais e a fragmentação do licenciamento. Tese (Doutorado em Política Pública). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação

Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2017. 234p.

COSTA, M. A. M; IORIS, A. A. R. Até a Última Gota: Complexidade Hidro-Social e Ecologia Política da Água na Baixada Fluminense. In: Conferência Internacional da Rede Waterlat, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Rede Waterlat-Gobacit, 2010.

FREIRE, E. H. B. A batalha por água: gestão e acesso aos recursos hídricos no leste metropolitano do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2019. 342p.

HOLZER, W; SANTOS, C. Q. Notas sobre a dispersão urbana: o exemplo de Maricá – RJ. In: COSTA, M. L. e Silva, M. L. P. (orgs), Produção e Gestão do Espaço. Niterói: FAPERJ; 2014, p. 279-294.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, 461p.

SANTIAGO, B. X. S. O Direito Achado no Rio: conflito pela água e usos do direito no território do Vale do Guapiaçu (RJ). Dissertação (Mestrado Direito Constitucional). Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2017. 115p.

SWYNGEDOUW, E. Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power, Oxford: Oxford University Press, 2004, 226p.